

HABEAS CORPUS Nº 515.349 - SP (2019/0167821-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VIVIAN MARIA LOPES - SP199591
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VICTOR GOMES PEREIRA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VICTOR GOMES PEREIRA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado ao cumprimento da pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa, fixados no mínimo legal, como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, por uma vez, e a 6 (seis) meses de detenção, como incurso no art. 311 da Lei n. 9.503/1997, em concurso material de infrações, em regime inicial fechado.

Irresignada, a acusação e a defesa interpuseram recurso de apelação, provido o primeiro, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 13/36.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 38/44.

Na presente impetração, a defesa assere que o "Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao apelo e determinou a expedição de mandado de prisão, antes do trânsito em julgado, sem qualquer fundamentação" (e-STJ fl. 2).

Assim, pugna pela suspensão da execução da pena do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, em especial porque

houve a oposição e julgamento dos embargos de declaração defensivos (e-STJ fls. 38/44).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator